

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS – FACE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS - CCA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNA PEREIRA COSTA

**TRANSPARÊNCIA DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO PILAR DA  
GOVERNANÇA CORPORATIVA**

BRASÍLIA-DF,

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo  
**Reitor da Universidade de Brasília**

Professora Doutora Sônia Nair Bão  
**Vice- Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo  
**Decano de Ensino de Graduação**

Professor Doutor Jaime Martins de Santana  
**Decano de Pesquisa e Pós Graduação**

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Junior  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas**

Professor Doutor José Alves de França  
**Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais**

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues  
**Coordenador de Graduação do Curso de Ciências contábeis e atuariais – Diurno**

Professor Mestre Elivânio Geraldo Andre  
**Coordenador de Graduação do Curso de Ciências contábeis e atuariais- Noturno**

BRUNA PEREIRA COSTA

**TRANSPARÊNCIA DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO PILAR DA  
GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Clesia Camilo Pereira

BRASÍLIA-DF,

2016

COSTA, Bruna Pereira.

Transparência das Demonstrações Contábeis como Pilar da Governança Corporativa/Bruna Pereira Costa -Brasília -DF,2016

Trabalho de Conclusão de Curso ( Graduação) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – Face. 2º semestre 2016.

41 f.

Orientadora: Profa. Dra. Clesia Camilo Pereira

1. Corporativa. 2. Pilar da Governança. 3. Transparência



*Dedico este trabalho a todos os alunos da rede pública de ensino, que tem a UnB como um sonho distante. A minha afilhada Maysa, aos meus pais, irmão, a minha avó, Tereza, aos meus melhores amigos e em especial a minha grande amiga Jéssica, pelo amor e carinho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me amparado nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Agradeço a minha mãe, pela sua fonte inesgotável de amor, por sempre cuidar de mim, por me ensinar que na vida tudo tem dois lados e agente sempre pode escolher para qual lado olhar. Ao meu pai pela sua bravura de viver a vida, por me ensinar a ser honesta e nunca deixar meus valores e princípios de lado.

Agradeço a minha família, em especial a minha avó Tereza Reis por ter sido minha segunda mãe.

Agradeço as minhas amigas que a PGFN me trouxe. Luíza, por ser a Juliana da minha vida, fonte de ternura e bondade, Leylanne por ter aberto as porta da sua casa para mim, por ter feitos dos seus amigos os meus também. Francielle por toda ajuda e parceria. Pelas tardes maravilhosas que vivemos, pelos incentivos e força durante a construção desse trabalho.

Agradeço a Patrícia Castilho por todos os conselhos, mensagens positivas, pelo amor, carinho e paciência em me ouvir, meus sinceros agradecimentos pela mulher exuberante que é.

Agradeço a minha amiga de quarto, minha monitora particular, Geovanna nascimento, por ter tido paciência na convivência comigo, por me escutar e sempre me ajudar sem medir esforços.

Agradeço ao meu amigo Gustavo, por ter tornado as noites de estudos no BSA norte mais prazerosa e suportável.

Agradeço a Julia Virgínia e Mariana Duda, pela ajuda imensurável na construção dessa pesquisa, sou muito grata a vocês.

Agradeço a minha amiga Luísa Rodrigues por toda a amizade ao longo da graduação, pela força, parceria, pelo amor e paciência, por segurar minha mão nos momentos difíceis e por ter feito partes dos melhores anos que aqui vivi.

Agradeço a Jéssica Duarte, por ter sido mais que amiga ao longo dessa jornada, por ter ouvido com paciência e ternura todas minhas aflições, por dividir comigo meus medos e mais profundos segredos, pela atenção dedicada a mim mesmo de longe, por nunca duvidar do meu potencial.

Agradeço aos melhores professores que aqui encontrei em especial a Professora Dr. Clesia Camilo pereira, por todos os ensinamentos, trocas de experiências e paciência na construção desse trabalho. A Professora Dr. Fátima Freire pelos conhecimentos transmitidos.

Agradeço a oportunidade de crescimento que o centro acadêmico de ciências contábeis me proporcionou.

Por fim, agradeço a universidade de Brasília por todo aprendizado que me proporcionou, pelos ensinamentos que aqui aprendi, pela oportunidade de ter me transformado em uma pessoa melhor, por ter me apresentado os melhores amigos que eu poderia ter.



## RESUMO

Este estudo teve como objetivo averiguar se à medida que as empresas instituem maiores níveis de governança corporativa o grau de transparência das informações divulgadas aumenta. A pesquisa, do tipo descritiva e qualitativa foi baseada em uma amostra composta pelas empresas negociadas na BM&FBOVESPA nos segmentos 1 e 2 de governança corporativa, totalizando 44 empresas. A análise dos dados compreendeu o período de 2011 a 2015 e foram analisados parâmetros de boas práticas de governança corporativa, e os normativos emitidos pela CVM, BACEN, pareceres de orientações, lei das S.A e COSIF, compilados em um manual com o mínimo de informações que as empresas precisam divulgar elaborado pela empresa de auditoria KPMG. Os resultados obtidos apresentam uma pequena diferença entre o grau de transparência entre os segmentos analisados, apontando para um comportamento uniforme no nível de transparência das empresas. Logo pode se concluir que por uma diferença de 0,54 pontos percentuais o segmento nível 1 de governança corporativa mantém um grau maior de transparência do que o segmento nível 2 de governança.

**Palavras-chaves:** Governança Corporativa. Pilar da Governança. Transparência

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 Tema de Pesquisa.....	12
1.2 Questão de Pesquisa.....	13
1.3 Objetivos de Pesquisa .....	13
1.4 Justificativa .....	13
1.5 Organizações do Trabalho.....	14
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1 Governança Corporativa .....	15
2.2 Transparências como pilar da Governança Corporativa .....	16
2.3 Evidenciação (Disclosure) .....	18
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	19
3.1 Amostra e coleta dos dados .....	20
3.2 Procedimentos metodológicos.....	21
<b>4. ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
4.1 Parâmetros qualitativos menos evidenciado nos seguimentos 1 e 2.....	30
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	37

## ÍNDICES DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: empresas listadas no segmento 1 e 2 de governança corporativa	18
Tabela: 1 total de incidências analisadas do segmento nível 1e 2 de Governança Corporativa	25
Tabela 2: Incidências positivas, negativas e que não se aplicam - Nível 1e 2	26
Tabela 3 – Transparência das Empresas do segmento 1 de governança corporativa	26
Tabela 4 – Transparência das Empresas do segmento 2 de governança corporativa	27
Gráfico 1: Evolução do nível de Transparência nos segmentos 1 e 2	28
Gráfico 2: Condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito à influência na administração na distribuição de lucros	29
Gráfico 3: Riscos associados a estratégia de atuação no mercado dos instrumento financeiros.	30
Gráfico 4: Evidenciação dos membros do conselho de administraçãoNível 1e Nível 2	31
Gráfico5 :Evidenciação das políticas de contribuição voluntáriaNível 1e Nível 2	32
Gráfico 6 : Evidenciação das políticas de negociação de valores mobiliários – Nível 1 e Nível	33

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema de Pesquisa

Os elementos relacionados à gestão e ao controle das grandes corporações podem ser considerados um problema de ordem econômica, tendo em vista que as organizações de capital aberto precisam de investidores para financiar o seu capital. Os escândalos que envolveram a Enron e Worldcom impactaram a confiança dos investidores no mercado de modo geral. Fato que culminou mudanças no modelo de gestão das corporações e o surgimento da discussão da governança corporativa (ROSSONI, 2009).

O estudo da governança e de seus instrumentos e apresentações na maneira de gerir nas entidades organizacionais têm um papel muito importante, pois amplia o entendimento da influência dos fatores nos comportamento de conflito de interesses (ÁVILA, 2013).

Para aumentar a segurança dos investidores, a governança corporativa é compreendida como um conjunto de mecanismos que objetivam elevar as chances dos investidores de receberem retorno sobre suas aplicações (SILVEIRA, 2006; LOPES, 2014). A governança corporativa objetiva estabelecer práticas que inibam o excesso de poder e erros estratégicos cometidos pela gestão das organizações (SHEINER, 2004).

Entretanto, a governança corporativa não pode ser entendida como utilização de preceitos engessando, mas sim canalizada em instrumentos de gestão capazes de minimizar o conflito de interesses das partes interessadas na organização (ÁVILA, 2013).

O ambiente corporativo está inserido em um meio globalizado, onde a confiança torna-se um requisito indispensável para o usuário das informações contábil. A confiança está cada vez mais baseada na transparência das transações das empresas e na divulgação das informações. Porém a transparência não se restringe apenas em disponibilizar dados financeiros, mas de toda a informação que envolva a gestão da organização, tais como avaliação de desempenho dos administradores, planejamento tributário, critérios de contabilização (RODRIGO; MALO, 2003).

Para Lanzana (2004) atualmente as empresas vem desenvolvendo níveis maiores de divulgação, aumentando a quantidade de evidência voluntária da informação,

posicionamento que se deve ao fato das companhias estarem buscando se destacar das demais na procura de novos financiadores de capital. Espera-se que as práticas de governança seja um Fator motivacional para afetar o nível de *disclosure*, justamente porque são os gestores os responsáveis pela quantidade de informação que será disponibilizada.

## 1.2 Questão de Pesquisa

Diante do exposto, pode-se levantar o seguinte problema de pesquisa: **à medida que as empresas instituem maiores níveis de governança corporativa o grau de transparência das informações divulgadas aumenta?**

## 1.3 Objetivos de Pesquisa

O objetivo dessa pesquisa é verificar se há aumento do grau de transparência das informações divulgadas à medida que as empresas instituem maiores níveis de governança corporativa, por meio das demonstrações contábeis das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) nos segmentos 1 e 2 de governança corporativa, no período de 2011 a 2015.

## 1.4 Justificativa

Um dos pilares da governança corporativa é a transparência. Pensando nisso, a intenção desse trabalho é mensurar se quanto maior o nível de governança, mais informações de qualidade a empresa vai fornecer para seus usuários, pois ser transparente não é apenas evidenciar, é evidenciar com qualidade (DANTAS, *et al*, 2008).

Nesse aspecto, a BM&FBOVESPA apresenta segmentos especiais de listagem que prezam por regras rígidas de governança, a saber: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. Essas listagens por segmento têm o objetivo de melhorar a avaliação das empresas que decidem aderir-las, além de atrair investidores.

Para realização desta pesquisa, optou-se fazer uma análise comparativa entre as empresas listadas na BM&FBOVESPA situadas nos segmentos de nível 1 e nível 2, pois o tempo de pesquisa é limitado não sendo possível analisar os demais segmentos especiais de governança corporativa. O segmento nível 1 é caracterizado por divulgar informações adicionais daquelas exigidas na lei, e conseqüentemente favorecem a transparência e o acesso a

informação. Já no segmento nível 2 deve-se atender as exigências do nível 1, além de outras práticas de governança como divulgação de balanço anual que adotam as normas de contabilidade internacional US GAAP ou IASB, mandato de um ano para o Conselho de Administração e direito de voto às ações preferenciais em alguns quesitos.

Pesquisas como essas são importantes porque quanto mais as empresas evidenciam suas informações, mais confiáveis e seguras elas demonstram ser, pois o nível de transparência minimiza o risco para o investidor gerando mais valor a empresa (AGUIAR *et al.*, 2005). Contudo, a transparência é um atrativo para angariar mais investidores para companhia, pelo fato de quanto mais informações os investidores obtiverem das empresas, melhores serão suas decisões a respeito da organização onde aplicam seus recursos (SHREINER, 2004). A transparência, o acesso a informação contribui para a construção de um ambiente sólido e confiável (LOPES, 2004).

Nesse sentido, esta pesquisa irá contribuir para observar se as informações contábeis estão sendo divulgada de maneira transparente aos usuários da informação, se a informação contábil está se adequando as necessidades dos seus usuários. Por fim essa pesquisa irá contribuir para o conhecimento da importância que a transparência tem pra a qualidade da evidenciação contábil.

### **1.5 Organizações do Trabalho**

Além da seção introdutória, esse trabalho é composto por mais 5 seções: referencial teórico (seção 2), metodologia (seção 3), análise de dados (Seção 4) e considerações finais (Seção 5)

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Governança Corporativa

Os anos 2000 foram marcados por escândalos que envolveram, em sua maioria, distorções na divulgação das informações financeiras, com o propósito de maquiar a realidade das organizações para atrair novos investidores. (LOPES, 2014)

Enron, Worldcom e Xerox, entre outros, foram alvos de acusações por adulterarem os seus balanços contábeis e divulgarem informações privilegiadas. O problema de gerenciamento na Enron propiciou sua descontinuidade, fato que abalou o mercado norte americano dado o tamanho na organização no país. Na Europa, a Vivendi, Royal Ahold e a Parmalat, também foram alvos de acusações de fraude contábil, enfatizando ainda mais os problemas de gerenciamento nas companhias (SILVEIRA, 2004).

No Brasil, os escândalos envolveram a empresa Gallus Agropecuária S.A que foi apontada por desvio de ativos e falsificação de documentos, a empresa de engenharia Encol por maquiar seu balanço, e o Banco Santos, por apresentar dados falsos no balanço apresentando uma falsa realidade positiva do banco (MOURA, 2007).

Pressões exteriores oriundas de tais escândalos contribuíram para a necessidade de reestruturação nos modelos de gestão que eram realizados pelas companhias. Surge então na década de 90 a discussão de um modelo de gestão mais responsável, a Governança Corporativa, que visa proteger os investidores através de um conjunto de mecanismos (LOPES, 2014).

Para Carvalho (2002), Governança Corporativa são princípios que regem uma organização por meio de um conjunto de regras para reduzir os problemas de agência. Silveira (2004) compreende como mecanismos de incentivos e controle com o intuito de suavizar a relação entre sócios e administradores, na distinção entre propriedade e gestão.

A Governança Corporativa engloba todas as partes que mantêm algum tipo de interesse na empresa envolvendo aspectos como a transparência, o direito dos acionistas, preservando a igualdade de tratamento entre os acionistas e a prestação de contas (RAMOS; MARTINEZ, 2006).

O objetivo dos mecanismos de controles e tais regras que envolvem o modelo de gestão corporativa é cooperar para que a administração da empresa alcance níveis elevados de transparência, *accountability* e equidade (MOTTA; SILVEIRA; BORGES, 2006).

Nesse sentido, a governança corporativa tem como princípios a Transparência, equidade e a prestação de contas (SCHREINER, 2004). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa/principios-basicos>, acesso em 09 de novembro de 2016) define os princípios de governança corporativa, sendo eles:

- **Transparência:** consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores inclusive os intangíveis, que norteiam a ação geral e que condizem a preservação e à otimização do valor da organização.
- **Equidade:** caracterizam-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
- **Prestação de contas:** os agentes devem prestar contas de sua atuação de modo claro, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as conseqüências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
- **Responsabilidade corporativa:** Os agentes de governança devem zelar pela visibilidade econômico-financeira, reduzir externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em considerações, no modelo de negócio, os diversos capitais (Financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc.) no curto, médio e longo prazos.

A aplicação dos princípios de Governança corporativa tem como preceito obter a transparência da gestão, melhorar o desenvolvimento da empresa, levar a competitividade das operações, trazerem melhorias na qualidade dos produtos e serviços prestados, gerar melhores resultados (FRANCISCO, 2014).

## 2.2 Transparências como pilar da Governança Corporativa

A Governança Corporativa é o alicerce para maximizar os investimentos de uma organização, por assegurar a transparência necessária a todos os interessados nas informações organizacionais, para que todos possam tomar suas melhores decisões a respeito da companhia



(SHREINER, 2004). Os investidores desejam transparência nos relatórios contábeis nas companhias que pretendem investir. Acredita-se que quanto maior o compromisso da empresa com a transparência, maior será a probabilidade de atrair novos investidores (OLIVEIRA *et al.*, 2004). Tanto os acionistas, como o mercado precisam das informações transparentes e confiáveis para determinar o valor da ação da companhia. Contudo para isso ocorrer é necessário que as informações divulgadas pela organização sejam seguras e que as mesmas não privilegiem nenhuma parte interessada na empresa (ROSSONI; LUCIANO; CLÓVIS, 2010).

A transparência produz um ambiente de confiança nas relações organizacionais e deve estar presente em toda a organização, atuando principalmente nos mecanismos de controle interno, gestão e nos resultados divulgados. É através do nível de transparência que o mercado avaliará a capacidade da empresa de evidenciar as informações da organização e por meio desse controle de transparência que as informações publicadas terão objetividade e clareza (IBGC, 2005).

Segundo Ponte e Oliveira (2004), a transparência é um dos princípios que regem as práticas de Governança Corporativa, pois disponibiliza as informações inerentes a organização de forma objetiva e clara por meio dos relatórios, que deveriam atender a veemência das partes interessada do negócio e as normas legais.

Macedo *et al.* (2006) defendem que o alvo da Governança Corporativa é agregar valor de mercado a empresa, através do nível de transparência, que minimiza o risco para o investidor. Empresas com maior grau de governança corporativa e transparentes têm mais valor que as empresas que têm fortes aspectos de gestão. Estruturas de governança confiável e transparente protegem os investidores (AGUIAR *et al.*, 2005).

O usuário da informação contábil demanda por informações precisas da organização para servir como base no processo de decisão. Os dados compilados da organização resultantes das suas atividades originam-se nos demonstrativos contábeis, que devem refletir a realidade da empresa, dessa forma a transparência torna esses demonstrativos compreensíveis e confiáveis (DALMACIO *et al.*, 2004).

Percebe-se que a Governança Corporativa é um elemento fundamental para o novo modelo de gestão que envolve todas as partes que mantêm interesses na organização, sem prejudicar os envolvidos, destaca-se a transparência nos negócios sendo esse considerado um dos princípios fundadores da boa prática de governança. O acesso às informações contribui para a construção de um ambiente sólido e confiável (LOPES, 2004).

### 2.3 Evidenciação (*Disclosure*)

A contabilidade fornece informações a diferentes tipos de usuários atendendo a cada um as suas necessidades específicas e auxilia no processo de tomada de decisão. É obrigação dos gestores apresentarem os relatórios financeiros que representem a situação econômica e patrimonial da entidade (IUDÍCIBUS, 2010). O *disclosure* e o objetivo da contabilidade se relacionam, pois a contabilidade tem por finalidade apresentar a informação contábil (IUDÍCIBUS, 2004).

Dalmácio e Paulo (2004) referenciam o conceito de evidenciação como divulgar com clareza, sem dúvidas o que se deseja comunicar.

Para a contabilidade conseguir atingir o seu objetivo ela precisa de modelos satisfatórios de evidenciação, que seja capaz de disponibilizar informações claras e precisas da organização (PEREIRA, *et al.*, 2005). Segundo o CPC 00 para a informação contábil-financeira ser útil é preciso além de evidenciar os eventos relevantes, evidenciar de forma fidedignidade os eventos objeto de evidenciação, de maneira completa, neutra e livre de erros.

Iudícibus (2004) afirma que a essência da evidenciação será sempre divulgar o máximo de informações possíveis para manter o usuário da informação contábil bem informado.

Dantaset *al.* (2005) esclarecem que evidenciar não se restringe apenas em divulgar, evidenciar é divulgar com qualidade, oportunidade e clareza. Enfatizam também que, para alcançar a transparência desejada com a evidenciação à informação precisa conter informação capaz de subsidiar entendimento ao usuário sobre as atividades realizadas pela organização dos seus riscos e sem deixar de atentar para as características da tempestividade, detalhamento e relevância.

A evidenciação pode ocorrer de maneira compulsória ou voluntária. A forma de evidenciação compulsória atende as exigências estabelecidas pela legislação vigente, já a voluntária ocorre para agregar mais valor às demonstrações financeiras. Pertencente as evidenciações de cunho voluntário, a evidenciação socioambiental passou a ser a exigência da sociedade e tem acarretado impactos no processo de gestão das organizações, afetando o modo de como informar a interação entre a organização e o meio ambiente. Demandando cada vez mais a evidenciação de caráter ambiental (ROVER, *et al.*, 2012).

“*Green reporting*”, como também é chamada a evidenciação ambiental ou *disclosure verde* é diferente dos demonstrativos financeiros, mas os eventos ambientais podem

ter impacto na situação financeira da organização, contudo no Brasil a legislação vigente não prevê sua obrigatoriedade. Entretanto o desejo de atrair investidor socialmente comprometido pode se tornar uma causa para a evidência ambiental voluntária (MURCIA *et al.*, 2009).

*Disclosure* socioambiental é a evidência das práticas e estratégias de conduta sustentável das organizações, e está ligada aos *stakeholders* a cobrar mais participação contábeis no que se refere às atividades sustentáveis da empresa (MACHADO *et al.*, 2012).

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e qualitativa devido às técnicas empregadas e aplicadas no seu desenvolvimento. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva mostra características de uma população específica ou fenômeno, correlacionado as variáveis com o objetivo de descrevê-las. Entretanto a pesquisa qualitativa tem por objetivo interpretar os fatos e realidade da sociedade (BAUER; GASKELL, 2010).

### 3.1 Amostra e coleta dos dados

A amostra da pesquisa limita-se às companhias negociadas na BM&FBOVESPA que pertencem aos segmentos de listagem dos níveis um e dois de governança corporativa. No que tange à obtenção dos dados, foi utilizado o canal de comunicação que as empresas mantêm com o investidor, no campo relacionamento com o investidor. Os dados utilizados compreendem aos valores consolidados nas demonstrações financeiras divulgadas e relatórios de administração entre o período de 2011 a 2015, totalizando 235 relatórios analisados.

#### Quadro 1: Empresas listadas no segmento 1 e 2 de governança corporativa.

EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA	
SEGMENTO NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	SEGMENTO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
ALPARGATAS S.A. BCO PAN S.A. BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. BCO BRADESCO S.A. BRADESPAR S.A. BRASKEM S.A. CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO CIA FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA FRAS-LE S.A. GERDAU S.A. METALURGICA GERDAU S.A. ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A. ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. OI S.A. CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO PARANA BCO S.A. RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS VALE S.A.	BCO ABC BRASIL S.A. AES TIETE ENERGIA SA ALUPAR INVESTIMENTO S/A CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A. ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A. ENERGISA S.A. FORJAS TAURUS S.A. GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. BCO INDUSVAL S.A. KLABIN S.A. MARCOPOLO S.A. MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A. BCO PINE S.A. RENOVA ENERGIA S.A. SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES BCO SOFISA S.A. SUL AMERICA S.A. TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. VIA VAREJO S.A. ALTUS SISTEMA DE AUTOMAÇÃO S.A. PRATICA PARTICIPACOES S.A.

Fonte: BMF&BOVESPA

Além das Demonstrações Financeiras Padronizadas, também foram analisados os relatórios de administração, pois, segundo Dalmácio e Paulo (2004), esses relatórios permitem que as empresas evidenciem melhor suas informações, apresentando aspectos políticos da organização, econômicos, financeiros, juntamente com as notas explicativas, que proporcionam melhor entendimento sobre as operações da entidade e atender os mais diversos usuários da informação contábil.

### 3.2 Procedimentos metodológicos

Para atender os objetivos desta pesquisa, foram analisadas as demonstrações contábeis consolidada e os relatórios de administração das empresas listadas nos segmento 1 e 2 de governança corporativa entre 2011 e 2015, com exceção das empresas Oi S.A e Cedro S.A., por terem aderido ao modelo de gestão corporativa fora do período da pesquisa.

A base para análise das informações foi o Manual de Notas Explicativas, 3º edição elaborado pela empresa de auditoria KPMG, onde se compilou as normas emitidas pela CVM, BACEN, pareceres de orientações, lei das S.A e COSIF. Tal manual reúne o mínimo de informações que as empresas são obrigadas a divulgar, além das informações que as empresas necessitam divulgar para manter boas práticas de governança, segundo o Manual de Boas Práticas de Governança Corporativa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015).

Para verificar o nível de transparência das informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas e nos relatórios de administração, foram analisados parâmetros de boas práticas de governança sendo elas: I-apresentação de relatórios periódicos da atividade empresarial; II – apresentação do relatório socioambiental; III – custos das atividades políticas e filantrópicas; IV – remuneração dos administradores; V – gestão de risco; VI – relatos sobre atos conselhos; VII – detalhamento do modelo de gestão e de governança; VIII – relatórios de acordo com padrões internacionais; IX – informações sobre controle interno; X – clareza na política de remuneração e benefícios aos diretores; XI – esclarecimentos dos contratos de consultoria entre a organização, sociedade, controlada ou coligada; XII – remunerações dos contratos de consultoria; XIII – membros do conselho de administração; XIV – parecer do conselho fiscal; XV – política sobre suas contribuições voluntárias, inclusive políticas públicas; XVI – política de distribuição de dividendos; XVII – relatório de partes relacionadas; XVIII – política de negociação de valores mobiliários.

Com relação aos atos normativos emitidos pela CVM, BACEN, pareceres de orientações, lei das S.A e COSIF, foram analisados os seguintes parâmetros: I - Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão de contabilidade emitido pelo IASB; II - Notas explicativas explícitas e sem reservas de que as Demonstrações Financeiras - DF's estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis brasileiras; III - Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão de contabilidade, emitidas pelo CPC com referência da CVM; IV –práticas contábil-

fatos relevantes de caráter político -administrativo, técnico, negocio ou econômico-financeiro; V - Atualização dos valores monetários; VI - os critérios de constituição das provisões para encargos e riscos (citar espécies e taxas utilizadas); VII - os critérios de ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; IX base de contabilização do Imposto de Renda, inclusive quanto à opção ou não por incentivos fiscais; X - os critérios de avaliação e amortização de aplicações de recursos no Diferido; XI- critérios de apropriação de receitas e despesas e avaliação dos elementos patrimoniais (itens avaliados e critérios: citar critérios adotados no período anterior, bem assim os efeitos no resultado do período decorrentes de possíveis mudanças; XII- títulos montante, a natureza e as faixas de vencimento, dos títulos de valores mobiliários; XIII - montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação; XIV - ganhos e as perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para a venda; XV- política de utilização dos instrumentos financeiros; XVI - objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos particularmente, a política de “*hedge*”; XVII - riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos; XVIII - critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas significativas aplicados na apuração do valor de mercado; XIX - valores registrados em contas de ativo, passivo e compensação segregados, por categoria, risco e estratégia de atuação no mercado, aqueles com o objetivo de “*hedge*” e de negociação; XX - valores agrupados por ativo, indexador de referência, contraparte, local de negociação (bolsa ou balcão) e faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, de mercado e em risco da carteira; XXI - ganhos e perdas no período, segregados aqueles registrados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido; XXII; valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados em conta destacada do patrimônio líquido na data das demonstrações contábeis que se espera ser reconhecido nos próximos doze meses; XXIII - valores e efeito no resultado do período que deixaram de ser qualificados como “*hedge*”, bem como aqueles transferidos do patrimônio líquido em decorrência do reconhecimento contábil das perdas e dos ganhos no item objeto de “*hedge*”; XXIV- principais transações e compromissos futuros objeto de “*hedge*” de fluxo de caixa, destacados os prazos para o previsto reflexo financeiro; XXV -principais transações e compromissos futuros objeto de “*hedge*” de fluxo de caixa, destacados os prazos para o previsto reflexo financeiro; XXVI -valor e tipo de margens dadas em garantia; XXVII -

política, objetivos e estratégias da instituição dos derivativos; XXVIII - volumes de risco de crédito recebidos e transferidos (valor contábil e de mercado), total e no período, dos derivativos; XXIX - montante e características das operações de crédito transferidas ou recebidas no período em decorrência dos fatos geradores previstos no contrato, de derivativos; XXX - segregação por tipo (“*swap*” de crédito e “*swap*” de taxa de retorno total), dos derivativos; XXXI - Arrendamento mercantil (leasing), Informações sobre o contrato da operação na empresa arrendatária XXXII - os critérios de contabilização atualmente utilizados, inclusive os que provocam a necessidade de ajustes a valor presente, na empresa arrendadora; XXXIII - os ajustes a valor presente dos fluxos futuros das carteiras de arrendamento mercantil, evidenciando o efeito do Imposto de Renda, na arrendadora; XXXIV - PCLD- critério utilizado para a constituição da provisão, montantes envolvidos, inclusive os saldos dos empréstimos ainda não convertidos a respectiva provisão, se for o caso, na arrendadora; XXXV - Denominação da coligada e controlada, o número, espécie e classe de ações ou de cotas de capital possuídas pela investidora, o percentual de participação no capital social e no capital votante; XXXVI - Patrimônio líquido, lucro líquido ou prejuízo do exercício, assim como o montante dos dividendos propostos ou pagos (investimentos) XXXVI - Créditos e obrigações entre a investidora e as coligadas e controladas especificando prazos, encargos financeiros e garantias (investimento); XXXVII - Receitas e despesas em operações entre a investidora e as coligadas e controladas (investimento); XXXVIII- Memória de cálculo do montante individualizado do ajuste, quando este não decorrer somente da aplicação do percentual de participação no capital social sobre os resultados da investida, se relevante; XXXIX - Base e fundamento adotados para constituição e amortização do ágio ou deságio e montantes não amortizados, bem como critérios, taxa de desconto e prazos utilizados na projeção de resultados; XL - Condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito a influência na administração e distribuição de lucros, evidenciando os números relativos aos casos em que a proporção do poder de voto for diferente da proporção de participação no capital social votante, direta ou indiretamente; Participações recíprocas existentes; XLI - Efeitos no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado, decorrentes de Investimentos descontinuados; XLII - informações de investimento no exterior; XLIII - fusão, cisão, incorporação; XLIV - ganhos relativos a empreendimentos em fase pré-operacional, em decorrência de projetos em expansão, reorganização ou modernização ( investimento em fase de implantação); XLV - Informar a composição e critérios de amortização do ativo diferido; XLVI - critérios para contabilização

dos investimentos no exterior e para apropriação dos resultados obtidos pelas coligadas e controladas, bem como os procedimentos de publicação dessas posições e resultados no Brasil (investimentos no exterior); XLVII - informações segregada sobre cada investimento avaliado pelo MEP; XLVIII - operações de longo prazo - taxa de juros as datas de vencimento, as garantias, a moeda e a forma de atualização das obrigações de longo prazo (equivalência patrimonial); XLIX - taxas de juros, as datas de vencimento, as garantias, a moeda e a forma de atualização das obrigações de longo prazo; L - estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido, discriminadas ano a ano para os primeiros 5 (cinco) anos e, a partir daí, agrupadas em períodos máximos de 3 (três) anos, inclusive para a parcela do ativo fiscal diferido não registrada que ultrapassar o prazo de realização de 10 (dez) anos; LI - efeitos decorrentes de eventual alteração na expectativa de realização do ativo fiscal diferido e respectivos fundamentos; LII - natureza da contingência (trabalhista, previdenciária, tributária, cível, ambiental); LIII - descrição pormenorizada do evento contingente que envolve a companhia; LIV - chance de ocorrência da contingência (provável, possível ou remota) dos passivos contingentes; LV - instâncias em que se encontram em discussão os passivos contingentes (administrativa ou judicial, tribunais inferiores ou superiores); LVI - Jurisprudência sobre os passivos contingentes; LVII - avaliação das conseqüências dos passivos contingentes sobre os negócios da companhia; LVIII - Montante dos impostos corrente e diferido registrados no resultado, patrimônio líquido, ativo e passivo; LIX - natureza, fundamento e expectativa de prazo para realização de cada ativo e obrigações fiscais diferidos; LX - montante das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais; LXI - economia tributária realizado no período, natureza do incentivo, tipo de incentivo; LXII - crédito tributário, critérios de constituição, avaliação, utilização e baixa; LXIII - natureza e origem dos créditos tributários; LXIV - expectativa de realização, discriminada por ano nos primeiros cinco anos e, a partir daí, agrupadas em períodos de cinco anos dos créditos tributários; LXV - valores constituídos e baixados no período dos créditos tributários; LXVI - valor presente dos créditos ativados; LXVII; créditos tributários não ativados e valores sob decisão judicial; LXVIII - efeitos no ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido decorrentes de ajustes por alterações de alíquotas ou por mudança na expectativa de realização dos créditos tributários; LXIX - conciliação entre o valor debitado ou creditado ao resultado de imposto de renda e contribuição social e o produto do resultado contábil antes do imposto de renda multiplicado pelas alíquotas aplicáveis, divulgando-se também tais alíquotas e suas bases de cálculo; LXX - espécie de



ações, classe, quantidade e valor( capital social); LXXI - o objetivo ao adquirir suas próprias ações( ações em tesouraria); LXXI - a quantidade de ações adquiridas ou alienadas no curso do exercício, destacando espécies e classe( ações em tesouraria); LXXII - o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimos e máximos( ações em tesouraria); LXXIII - o resultado líquido das alienações ocorridas no exercício(ações em tesouraria) LXXIV - RESERVA DE LUCROS A REALIZAR- informações complementares; LXXV - RETENÇÃO DE LUCROS-informações complementares; LXXVI - Plano de remuneração em ações; LXXVII -a natureza e as condições dos planos de Remuneração em ações; LXXVIII - quantidade e o valor pelos quais as ações foram emitidas; LXXX - Plano de benefício definido; LXXXI - a política contábil adotada pela entidade no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais; LXXXII - uma descrição geral das características do plano; LXXXIII - o valor presente, na data do balanço, das obrigações atuariais que estejam totalmente descobertas; LXXXIV - o valor presente, na data do balanço, das obrigações atuariais (antes de deduzir o valor justo dos ativos do plano) que estejam total ou parcialmente cobertas/ LXXXV - o valor justo dos ativos do plano na data do balanço; LXXXVI - valor líquido de ganhos ou perdas atuariais não reconhecido no balanço; LXXXVII - montante da remuneração dos investidores; LXXXVIII - quais os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes, especificados por modalidade( seguros); LXXXIX - Apuração e Distribuição de Resultados; XC - dividendo por ação do capital social, por espécie e classe; XCI - critérios utilizados para determinação dos juros, as políticas adotadas para sua distribuição, o montante do imposto de renda incidente e, quando aplicável, os seus efeitos sobre os dividendos obrigatórios( juros sobre capital próprio); XCII - critério de remuneração do capital, tratamento tributário e os efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido( juros sobre capital próprio); XCIII - lucro/prejuízo líquido por ação do capital social;XCIV - ajustes de exercícios anteriores; XCV - Elaboração de Demonstrações Financeiras; XCVI – demonstrações contábeis financeiras; XCVII - critérios adotados na consolidação e as razões pelas quais foi realizada a exclusão de determinada controlada; XCVIII- eventos subsequentes à data de encerramento do exercício social que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros consolidados; XCIX–reavaliação de ativos - Efeitos da reavaliação de imóveis de uso próprio; C - Critérios e procedimentos de realização da reserva, de transferência para os lucros ou prejuízos acumulados e de cômputo na base de cálculo de distribuição de participações, dividendos e bonificações, itens reavaliados, indicação

do valor reavaliado, valor líquido Contábil e valor de reavaliação; CI-base da reavaliação e os avaliadores (somente no ano da reavaliação); CII - histórico e a data de reavaliação; CIII - sumário das contas objeto da reavaliação e respectivos valores; CIV- efeito no resultado do exercício, oriundo das depreciações, amortizações ou exaustões sobre a reavaliação, e baixas posteriores; CV - tratamento e valores envolvidos quanto a impostos e contribuições eventualmente contidos na reserva de reavaliação; CVI - Empreendimento em fase de implantação; CVII- ganhos relativos a empreendimentos em fase pré-operacional, em decorrência de projetos em expansão, reorganização ou modernização.

Para cada parâmetro mencionado, foi atribuído 'sim', quando a empresa possuía o evento contábil, 'não' quando a empresa possuía, mas não divulgava de maneira completa a informação e 'não se aplica' quando não apresentava o evento contábil. Ao final da compilação das incidências, foi feita contagem da quantidade de informações divulgadas, e feita uma proporção em relação às informações positivas e negativas. A categoria 'não se aplica' foi desconsiderada para efeito de mensuração e conseqüente elaboração das tabelas 5 e 6 e dos gráficos apresentados.

#### 4. ANÁLISE DE RESULTADOS.

Inicialmente, a fim de verificar a transparência das empresas entre os anos de 2011 e 2015, foi feito o levantamento da quantidade mínima de informações que as companhias são obrigadas a divulgar (norma de boa prática de governança). Foram consideradas incidências positivas quando a empresa possui o evento contábil e divulga as informações solicitadas de maneira completa. As incidências negativas são quando a empresa possui o evento, mas não divulga as informações de maneira completa. E incidências que não se aplicam quando a empresa não possuía o evento contábil. Ao total foram analisadas 26 empresas do segmento nível 1 de governança, 21 empresas do segmento nível 2 de governança, para o período de 5 anos, em cada relatório entre 2011 e 2015 foram analisados os 144 parâmetros.

De acordo com a tabela 1, o total de incidências estudadas do segmento 1 foi de 18.720 e nas empresas de segmento nível 2 foi de 15.120.

**Tabela:1** total de incidências analisadas do segmento nível 1 e 2 de Governança Corporativa.

	EMPRESAS ANALISADAS	PERÍODO ANALISADO	DEMONSTRAÇÕES ANALISADAS	INCIDÊNCIAS ANALISADAS POR DEMONSTRAÇÃO	TOTAL DE INCIDÊNCIAS ANALISADAS
NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	26	5 ANOS	130	144	18.720
NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	21	5 ANOS	105	144	15.120

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2016).

A tabela 2 apresenta de maneira segregada o total de incidências positivas, negativas e que não se aplicam para em cada um dos segmentos estudado. O segmento nível 1 das 18.720 observações analisadas, 11.694 incidiram positivamente, 3.591 negativamente e 3.435 não que aplicaram. No segmento nível 2 das 15.120 observações analisadas, 9.174 incidiram positivamente, 2.903, negativamente e 3.043 de incidências que não se aplicaram. Contudo, para atender o objetivo dessa pesquisa foram desconsideradas as incidências que não se aplicam, por não fazerem parte da amostra.

**Tabela2:** Incidências positivas, negativas e que não se aplicam - Nível 1 e 2

	INCIDÊNCIAS POSITIVAS	INCIDÊNCIAS NEGATIVAS	INCIDÊNCIAS QUE NÃO SE APLICAM	TOTAL DE INCIDÊNCIAS
NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	11.694	3.591	3.435	18.720
NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	9.174	2.903	3.043	15.120
TOTAL	20.868	6.494	6.478	33.840

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2016)

Para fins de resultados apenas as incidências positivas e negativas foram consideradas. Os resultados das empresas de nível 1 seguem na tabela abaixo:

Tabela 3 – Transparência das Empresas do segmento 1 de governança corporativa

Ano	Incidências positivas	%	Incidências negativas	%	TOTAL
2011	2349	75,26%	772	24,74%	3121
2012	2348	76,21%	733	23,79%	3081
2013	2334	76,35%	723	23,65%	3057
2014	2330	75,90%	740	24,10%	3070
2015	2333	78,92%	623	21,08%	2956
TOTAL	11694	76,51%	3591	23,49%	15285

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2016)

Das 26 empresas analisadas, entre os anos de 2011 a 2013, é possível perceber que houve um aumento no nível de transparência das empresas de segmento 1, uma vez que a transparência foi de 75,26%, 76,21% e 76,35%, respectivamente. No ano de 2014 houve uma queda na transparência, para 75,90%, seguida de novo aumento, alcançando o nível de 78,92% em 2015.

Os resultados das empresas de nível 2 seguem na Tabela 4.

Tabela 4 – Empresas do segmento 2 de governança corporativa

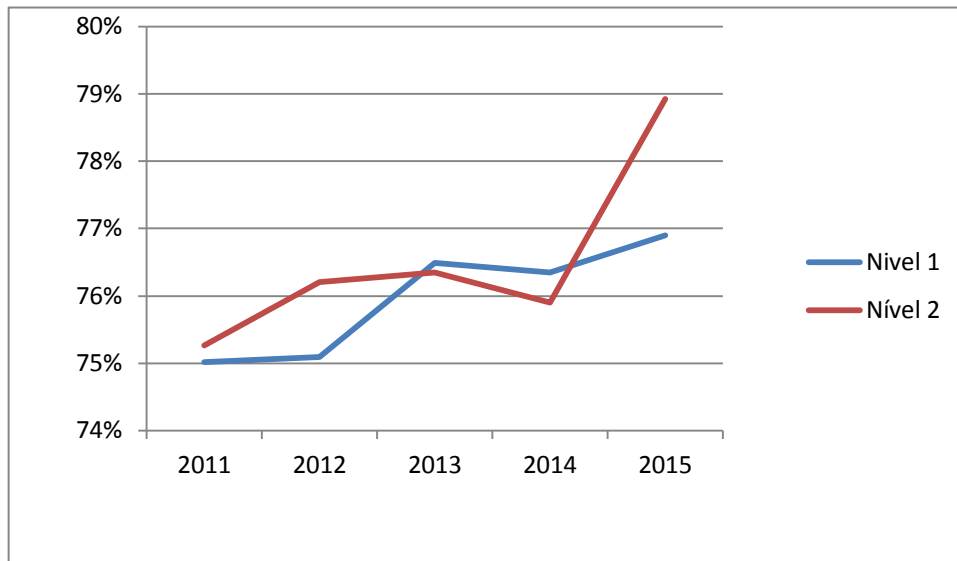
Ano	Incidências Positivas	%	Incidências Negativas	%	TOTAL
2011	1808	75,02%	602	24,98%	2410
2012	1851	75,09%	614	24,91%	2465
2013	1848	76,49%	568	23,51%	2416
2014	1833	76,34%	568	23,66%	2401
2015	1834	76,90%	551	23,10%	2385
TOTAL	9174	75,96%	2903	24,04%	12077

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2016)

Nota-se que entre os anos de 2011 e 2013 também houve aumento no nível de transparência nas informações divulgadas por essas empresas, de forma análoga ao que aconteceu com as empresas de segmento um. Para as empresas do segmento dois, houve um nível de transparência de 75,02%, 75,09% e 76,49% para os anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Em 2014, o nível de transparência também apresentou uma pequena queda, chegando a 76,34%. Em 2015 houve um pequeno aumento, para 76,90%.

Percebe-se, uma uniformidade no comportamento dos níveis de transparência das empresas de segmento um e dois entre os anos analisados, uma vez que houve uma tendência geral de crescimento no nível de transparência entre 2011 e 2015, exceto no ano de 2014, em que houve queda.

No gráfico 1 também é possível perceber a tendência verificada nas Tabelas 3 e 4.

**Gráfico 1:** Evolução do nível de Transparência nos segmentos 1 e 2.

**Fonte:**Elaboração própria com base nos dados coletados (2016).

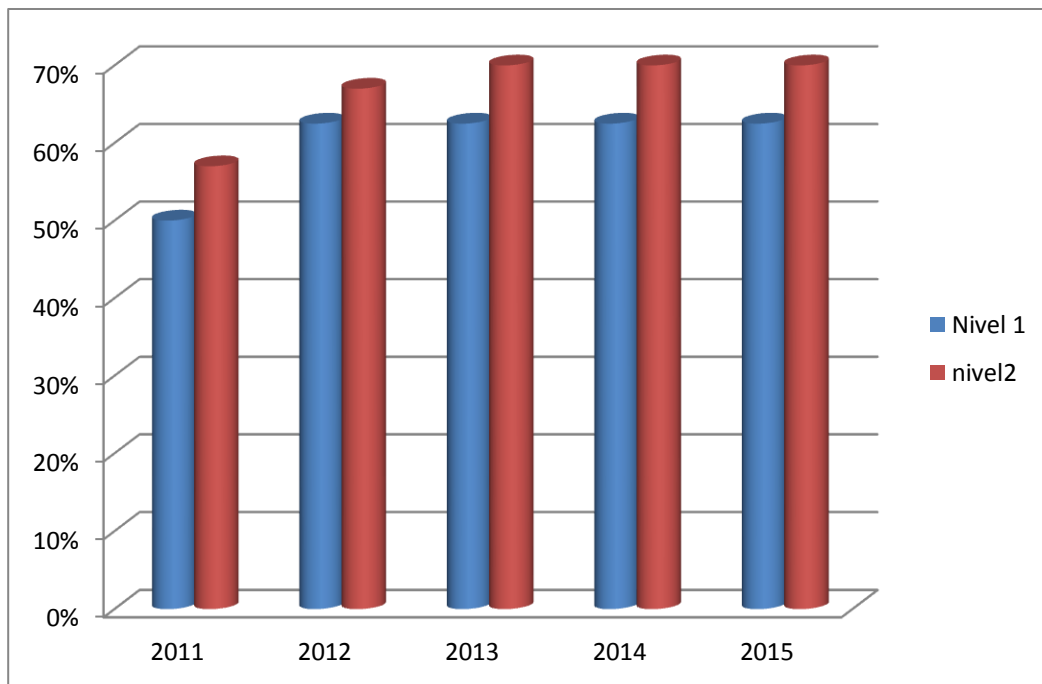
Entre os anos de 2011 e 2013 as empresas ampliaram seu nível de transparência, o que também pôde ser verificado entre os anos de 2014 e 2015. Nestes anos, as empresas de segmento 1 apresentaram maior transparência. Percebe-se que em 2011 as empresas apresentavam um nível de transparência bastante próximo, sendo de 75,26% para o segmento 1 e 75,02% para o segmento 2, uma diferença de 0,24 pontos percentuais. Em 2012 a diferença entre as empresas aumentou para 1,26 pontos percentuais. Já em 2013 essa diferença voltou a ser bastante pequena, de 0,14 pontos percentuais, como também foi em 2014, 0,44 pontos percentuais. Apenas em 2015 a diferença entre as empresas ficou mais evidente, chegando a 2,02 pontos percentuais. Contudo, através das análises dos dados foi possível perceber que à medida que as empresas instituem maiores níveis de Governança corporativa elas não aumentam o grau de transparência das informações divulgadas.

#### **4.1 Parâmetros qualitativos menos evidenciado nos seguimentos 1 e 2**

Com as análises dos resultados em nível de divulgação de informações elas são muito próximas, foi possível perceber que as empresas tendem a divulgar mais informações quantitativas, do que qualitativas. Comportamento esse atribuído as empresas de ambos os segmentos. Diante disso apresentaremos os parâmetros com informações qualitativas que tiverem índices de evidenciação baixos para ambos os segmentos.

O gráfico 2 mostra o nível de evidenciação de “Condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito à influência na administração na distribuição de lucros, evidenciando os números relativos aos casos em que a proporção do poder de voto for diferente da proporção de participação no capital social votante, direta ou indiretamente; Participações recíprocas existentes.”

**Gráfico2:** Condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito à influência na administração na distribuição de lucros.



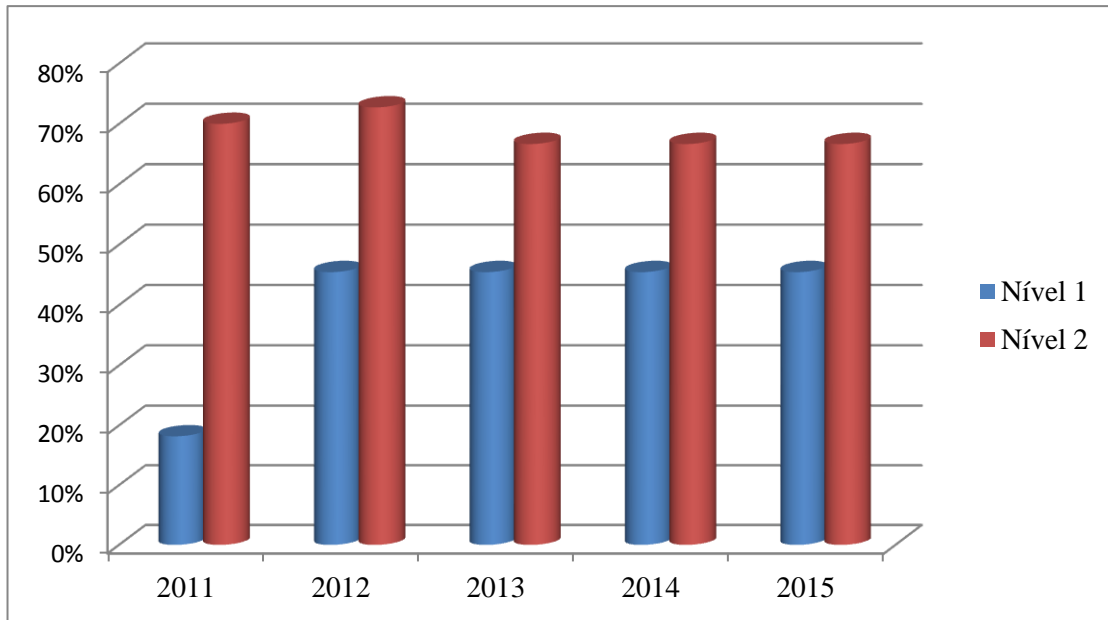
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados coletados (2016).

Em 2011, nas empresas listadas no segmento 2, o nível de evidenciação foi apenas de 50 %, já em 2012 esse percentual aumentou atingindo uma marca de 63% de evidenciação, o que se mantém até 2015. No segmento 1, o nível de evidenciação em 2011 é de 57%, em 2012 há um pequeno aumento de 0,3% na evidenciação, nos anos seguintes o grau de evidenciação mantém - se com 70% .

No que tange aos instrumentos financeiros a norma determina que as empresas além de evidenciar objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, as demonstrações contábeis devem evidenciar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos e os resultados obtidos em

relação aos objetivos, porém como mostra o gráfico 3 o nível de evidenciação dessas informações.

**Gráfico 3:** Riscos associados a estratégia de atuação no mercado dos instrumento financeiros.



**Fonte**

: Elaboração própria com base nos dados coletados (2016).

É possível notar que a evidenciação das empresas do nível 1 mantém grau alto de evidenciação em 2011, 80%, mantém em 2012, e cai para o percentual de 70% de evidenciação. Já as empresas de nível 2 o nível de evidenciação é menor, 61% em 2011, porém em 2012 há uma queda no grau de evidenciação de 0,3 % que se mantém em 2013,2014 e 2015, mantendo o grau de evidenciação de 58%.

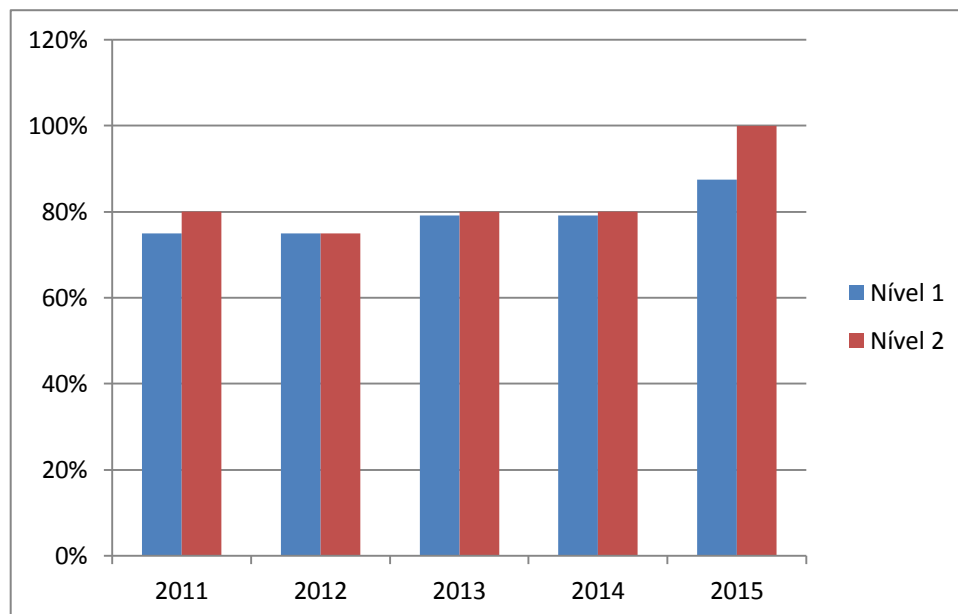
Outro ponto importante de ressaltar é o nível de evidenciação das normas de boas práticas de governança corporativa, foi possível perceber que o nível de evidenciação dos parâmetros recomendados pelas normas de boas práticas de governança é de quase 100% para o período analisado de ambos os segmentos estudados, exceto quando analisamos alguns parâmetros isoladamente.

As empresas tanto para segmentos 1 e 2 não evidenciam nos seus demonstrativos informações sobre a remuneração dos contratos de consultoria adquiridos pelas companhias, não apresentam nenhuma informação relacionado a serviços de consultoria contratado.



Já o nível de evidenciação sobre os membros do conselho de administração para as empresas de segmento 1 se manteve constante em 2011, 2012, 25% das empresas não evidenciou as os membros do conselho, já em 2013 esse percentual cai para 21 % e em 2015 apenas 12% das companhias não apresentaram a composição do conselho. Entretanto, as empresas de segmentos 2, no ano de 2011, 20% das empresas não divulgaram os membros do conselho de administração, em 2012 esse percentual aumenta para 25 % já em 2013 e 2014 o percentual de empresas que não disponibilizaram os membros do conselho caiu para o 20 % igualando-se ao nível de evidenciação de 2011 e em 2015, 100% das empresas apresentaram o que a norma estabelece, divulgaram a composição do conselho de administração.

**Gráfico4:** Evidenciação dos membros do conselho de administração

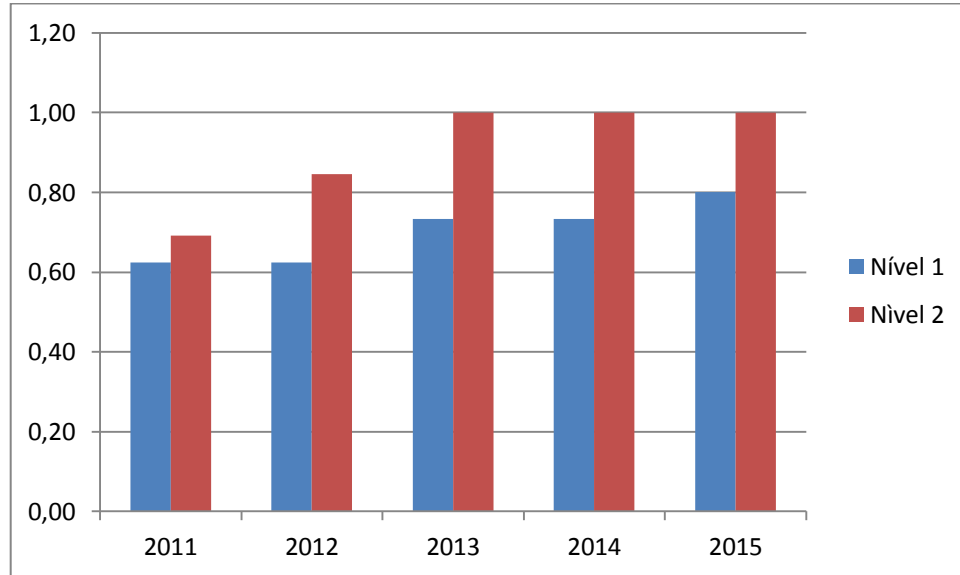


**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados coletados (2006)

Já no que tange ao nível de evidenciação sobre política de contribuições voluntárias, inclusive políticas as empresas de segmento 1 apresentou em 2011 um percentual de divulgação de 62% que se manteve em 2012, em 2013 e 2014 73% das organizações evidenciaram suas políticas de contribuições voluntárias e em 2015 esse percentual sobe para 80%. Já o nível de evidenciação de suas políticas de contribuição voluntarias inclusive políticas do segmento nível 2 em 2011 apresentaram um percentual de evidenciação de 69 % , em 2012 esse percentual alcançou 85% e em 2013, 2014 , 100% das empresas apresentaram suas

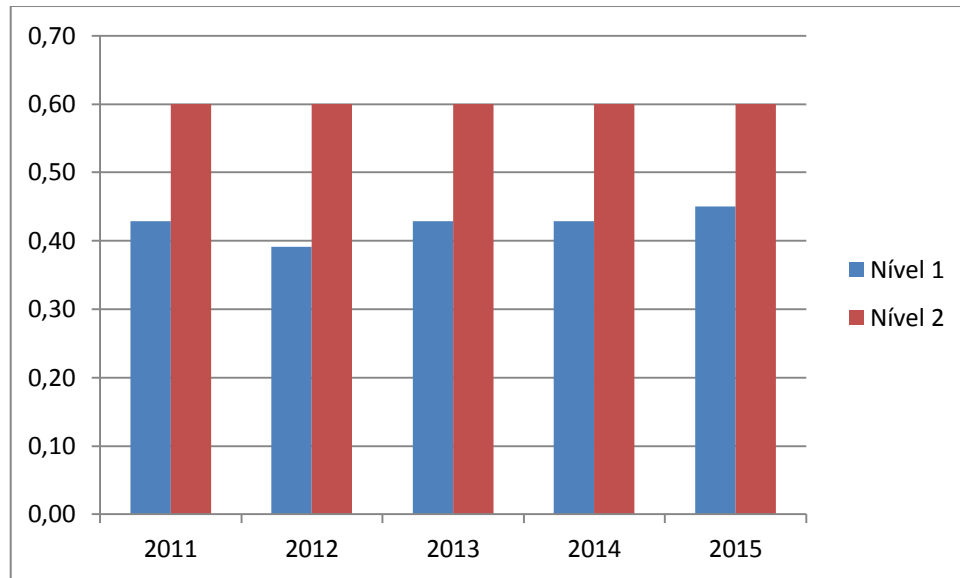
políticas de contribuições voluntárias e políticas, em 2015 o percentual de 100% manteve-se igual.

**Gráfico5:**Evidenciação das políticas de contribuição voluntarias



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados coletados (2016)

Outro parâmetro que teve um grau baixo de evidenciação foi as políticas de valores mobiliários, nas empresas de segmento 1 em 2011 57% das companhias estudadas não evidenciou suas políticas de negociação, em 2012 esse percentual aumenta para 61%, já em 2013 e 2014 o nível de não evidenciação iguala-se aos ano de 2011, com 57% das empresas não evidenciando suas políticas de negociação de valores mobiliários, já em 2015 o percentual de não evidenciação diminui alcançando o percentual de 55%.Contudo a evidenciação das políticas de negociação de valores mobiliários se manteve constante em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 o grau de evidenciação foi 60%.

**Gráfico6:** Evidenciação das políticas de negociação valores mobiliários

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados coletados (2016)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar se há aumento do grau de transparência das informações divulgadas à medida que as empresas instituem maiores níveis de governança corporativa, por meio das demonstrações contábeis das companhias listadas na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) nos segmentos 1e 2 de governança corporativa, no período de 2011 a 2015. Entende-se que transparência não se restringe somente em divulgar as informações relevantes ao negócio e sim divulgar com qualidades as informações contábeis que serão tomadas como base no processo de tomada de decisão.

Em vista disso, neste estudo foi feita uma análise entre as informações divulgadas, utilizando-se do mínimo de informações que as empresas precisam divulgar, assim como determinam nas normas vigentes de contabilidade, além das informações que as empresas necessitam divulgar para manter boas prática de governança.

Os resultados obtidos apresentam uma pequena diferença no nível de transparência das informações divulgadas entre os segmentos, no período de cinco anos, o segmento 1 apresenta maior transparência.

Em 2011 o nível de transparência é 75,26% para o segmento 1 e 75,02% para o segmento 2, uma diferença de 0,24 pontos percentuais. Em 2012 a diferença é 1,26 pontos

percentuais e em 2013 é de 0,14 e 2014 0,44 pontos percentuais, já em 2015 a diferença é 2,02 pontos percentuais. Ao total a diferença entre o nível de evidenciação é de 0,54 %

Entretanto o grau de transparência evidencia um comportamento uniforme ao longo do período analisado. Contudo, através das análises dos dados foi possível perceber que à medida que as empresas instituem maiores níveis de Governança corporativa elas não aumentam o grau de transparência das informações divulgadas.

Percebe-se que as empresas evidenciam com mais precisão as informações quantitativas que as qualitativas, ao longo do período analisado o grau de transparência das informações quantitativas apresentam evoluções que em níveis de proporção, as informações qualitativas não apresentam a mesma evolução.

Portanto as informações que ainda precisam de mais evidenciação são as políticas de contribuição voluntárias, informações sobre os contratos de consultoria, políticas de negociação de valores mobiliários, informações referente riscos associados à estratégia de atuação no mercado dos instrumentos financeiros, Ajustes a valor presente dos fluxos futuros das carteiras de arrendamento mercantil e Condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito à influência na administração na distribuição de lucros.

Para pesquisas posteriores, recomenda-se analisar quais fatores tanto internos como externos afetam o grau de informações disponibilizadas pelas empresas, para isso será necessário verificar separadamente a evolução do grau de transparência das organizações correlacionado com prováveis fatores que intervirão na forma e no grau das informações divulgadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Carlos Guilherme de Paula. Governança corporativa e geração de valor aos acionistas, 2005 **Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia.** Rio de Janeiro.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Vozes, 2010.

BOVESPA. **Segmento de listagem.** Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/ações/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/ações/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem)> Acesso em 02.11.2016

CARVALHO, Antônio Gledson. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administra&ccdeil da Universidade de São Paulo**, v. 37, n. 3, 2002.

COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1).** Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00\\_r1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf)>. Acesso em, 6 outubro de 2016.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; PAULO, Francislene Ferraz Magalhães de. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.** São Paulo: FEA/USP, 2004.

DANTAS, José ALves., Zendersky, Humberto. Carlos dos Santos; Niyama, Jorge Katsumi. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, 2008. 5(11), 56-76.

FRANCISCO, Jose Roberto de Souza. Índice de governança corporativa: criação de valor e desempenho nas cooperativas de crédito. 2014. **Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.**

DYCK, Alexander; ZINGALES, Luigi. Private benefits of control: An international comparison. **The Journal of Finance**, v. 59, n. 2, p. 537-600, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** In: Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 2010.

IBCG – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, **Código das melhores práticas de governança corporativa.** 5. ed. 2015. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 22.09.2011.

INFORMONEY – **Governança corporativa: diferenças entre nível I, nível II e novo mercado.** Disponível em: <<http://www.informoney.com/educação/guias/noticias/38197/governança-diferentes-entre-nivel-nivel-novo-mercado>> Acesso em 02.11.2016

IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alessandro Broedel. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. Ed. Atlas, 2010.

LANZANA, Ana Paula. Relação entre *disclosure* e governança corporativa das empresas brasileiras. 2004. **Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo**.

LOPES, Elaine Cristina. Construção de conhecimento em governança corporativa: estudo sobre a criação de valor para tomada de decisão de investidores no mercado de capitais. 2014. **Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo**.

MACEDO, Fabrício Queiroz; MELLO, Gilmar Ribeiro de; FILHO, Tavares Francisco. Adesão ao Nível 1 de governança corporativa da Bovespa e a percepção de risco e retorno das ações pelo mercado. In: **6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2006.

MOURA, Denia de. Análise dos Fatores de convencimento do Juízo Brasileiro quanto à ocorrência de Fraude Contábil: um estudo de caso Múltiplo da Gallus, da Encol e do Banco Santos. 2007. **Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas**.

MURCIA, Fernando Da-Riet al. 'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2009.

MOTTA, José Luiz de Souza; SILVEIRA, Alfredo Maciel Da.; BORGES, Luiz Ferreira Xavier. Exemplo de modelo referencial de governança corporativa. **Revista do BNDES**, v. 13, n. 26, p. 191-222, 2006.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; RIBEIRO, Maisa de Souza; Sampaio, Marcia Suely Alvez; Carvalho, Fernanda Abreu. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2004.

PEREIRA, Anísio Candido; Weffort, Elionor Farah Freige; Guimarães, Iolanda do Couto; Machado, Lúcio de Souza. Evidenciação contábil: análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis por empresas do Estado de Goiás. In: **Congresso Internacional de Custos**.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004.

RAMOS, Gizele Martins; MARTINEZ, Antônio Lopo. Governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 3, n. 6, p. 143-164, 2008.

RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. Governança Corporativa: Quando a transparência passa a ser uma exigência global. **Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Gramado, RS, Brasil, v. 9, 2003.

ROSSONI, Luciano; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. Organizational Institutionalism and Corporate Governance (Institucionalismo Organizacional e Práticas de Governança Corporativa) **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 173-198, 2010.

ROVER, Sulianiet; Tomazzia, Eduardo Cardel; Murcia ,Fernando Dal-ri;Borba, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. **Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo**, 2004.

\_\_\_\_\_. Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. **Saint Paul Institute of Finance**, 2006.